

Rodolfo da Costa Manso Real Amadeo
Advogado em São Paulo

Embargos de Terceiro: Legitimidade Passiva

Coleção Atlas de Processo Civil
Coordenação: Carlos Alberto Carmona

Editora Atlas S. A.

São Paulo, 2006

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Amadeo, Rodolfo da Costa Manso Real

Embargos de terceiro: legitimidade passiva / Rodolfo da Costa Manso Real Amadeo. - São Paulo : Atlas, 2006. - (Coleção Atlas de processo civil / coordenação Carlos Alberto Carmona)

Bibliografia.

ISBN 85-224-4425-0 (Obra completa)

ISBN 85-224-4427-7

1. Embargos - Brasil I. Carmona, Carlos Alberto. II. Título. III. Série.

06-3522

CDU-347.952.5

SUMÁRIO

Apresentação,	x
Prefácio,	xi
Introdução,	1
1 Embargos de Terceiro: Aspectos Gerais,	7
1.1 Escorço histórico,	7
1.1.1 Direito Romano,	7
1.1.2 Direito intermédio,	9
1.1.3 Direito luso,	10
1.1.3.1 Ordenações Afonsinas,	10
1.1.3.2 Ordenações Manuelinas,	11
1.1.3.3 Ordenações Filipinas,	13
1.1.4 O sistema do Regulamento 737,	15
1.1.5 O sistema da Consolidação Ribas,	17
1.1.6 O sistema da Consolidação das Leis	
Referentes à Justiça Federal,	18
1.1.7 O sistema dos Códigos de Processo Estaduais,	19
1.1.8 O Sistema do Código de Processo Civil	
de 1939,	22
1.1.9 Conclusões sobre o desenvolvimento	
histórico dos embargos de terceiro,	25
1.2 Breves considerações sobre a legislação estrangeira	
pertinente à matéria,	26
1.2.1 Direito alemão: a Widerspruchsklage,	26
1.2.2 Direito italiano: a Opposizione di Terzo,	28
1.2.3 Direito francês: a Tierce Opposition,	30
1.2.4 Direito português: os Embargos de Terceiro,	31
1.2.5 Conclusões sobre a análise da legislação	
estrangeira pertinente à matéria,	34
1.3 Conceito,	36
1.4 Natureza jurídica,	40
1.5 Pressupostos processuais dos embargos de terceiro,	45
1.5.1 Competência,	46
1.5.2 Capacidade das partes,	52
1.5.3 Petição inicial apta,	54
1.5.4 Citação válida,	58

Localização: 347.952.5

A445e

Código de barras: STJ00065034

1.6	Condições da ação dos embargos de terceiro,	60
1.6.1	Possibilidade jurídica do pedido,	60
1.6.2	Interesse de agir,	61
1.6.3	Legitimidade ad causam,	67
1.6.3.1	Legitimidade ativa,	68
1.6.3.1.1	Regra geral: o terceiro possuidor,	68
1.6.3.1.2	A parte equiparada a terceiro,	75
1.6.3.1.3	O cônjuge,	77
1.6.3.1.4	O terceiro possuidor nas ações de divisão ou demarcação de terras,	81
1.6.3.1.5	O credor com garantia real,	83
1.6.3.2	Legitimidade passiva,	86
1.7	O mérito dos embargos de terceiro,	87
1.7.1	Pedido e causa de pedir nos embargos de terceiro,	87
1.7.2	Fraude de execução,	90
1.7.3	Fraude contra credores,	91
1.7.4	Desconsideração da personalidade jurídica,	96
1.7.5	O mérito nos embargos de terceiro opostos pelo cônjuge,	98
1.7.6	O mérito nos embargos de terceiro opostos pelo credor com garantia real,	100
1.7.7	Possibilidade de ampliação do objeto dos embargos de terceiro pelo uso da ação declaratória incidental e da reconvenção,	105
1.8	Confronto dos embargos de terceiro com outras formas de tutela de direitos de terceiro no processo,	108
1.8.1	Oposição,	108
1.8.2	Mandado de segurança impetrado por terceiro,	110
1.8.3	Ação rescisória proposta por terceiro,	111
2	Legitimidade Passiva nos Embargos de Terceiro,	113
2.1	O estado da questão,	113
2.1.1	A corrente dominante,	114
2.1.2	A corrente minoritária,	117
2.2	Legitimidade passiva nos embargos de terceiro contra a penhora: a existência de litisconsórcio necessário unitário entre credor exequente e devedor executado,	119
2.2.1	A incidibilidade da decisão sobre a	

Localização: 347.952.5

A445e

Código de barras: STJ00065034

desconstituição ou a subsistência da penhora em relação às partes do processo principal como causa de formação do litisconsórcio necessário unitário no pólo passivo dos embargos de terceiro,	120
2.2.2 A existência de interesse jurídico do devedor executado na questão relativa à desconstituição ou à manutenção da penhora em razão de seus efeitos jurídicos materiais,	124
2.2.3 A falibilidade do critério da existência de culpa do devedor executado para a definição da legitimidade passiva nos embargos de terceiro: crítica à teoria dominante,	126
2.3 A existência ou a inexistência de litisconsórcio passivo necessário unitário nos embargos de terceiro opostos contra outros atos de constrição judicial,	129
2.3.1 Depósito,	129
2.3.2 Arresto,	130
2.3.3 Seqüestro,	131
2.3.4 Alienação judicial,	132
2.3.5 Arrecadação,	133
2.3.6 Arrolamento,	134
2.3.7 Inventário,	135
2.3.8 Partilha,	135
2.3.9 Atos materiais nas ações de demarcação e divisão de terras,	136
2.3.10 O caso especial dos embargos de terceiro opostos pelo credor com garantia real contra a alienação judicial do bem objeto dessa garantia,	136
2.4 As conseqüências da adoção do litisconsórcio necessário unitário no pólo passivo dos embargos de terceiro,	137
2.4.1 Desvantagem inicial: a multiplicidade de atos citatórios,	137
2.4.2 Vantagens: solução de" diversos problemas processuais decorrentes da ausência do réu ou do devedor executado no pólo passivo dos embargos de terceiro,	138
Conclusões,	143
Bibliografia,	149